

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1989)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1949-1998)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLUMA MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JILTO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EUFRÉDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MIRETANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Civilização e barbárie



Dezenas de mortos em nova ação policial no Rio indicam intolerável triunfo da truculência sobre a lei; Estado não pode se comportar como os criminosos que pretende combater

Uma operação policial que se presta a cumprir mandados de prisão, mas, ao final, não captura ninguém e resulta em dezenas de cadáveres sendo transportados em caçambas de caminhonetes é um desastre sob qualquer ângulo que se observe. À luz do princípio elementar do Estado Democrático de Direito, consagrado desde o preâmbulo da Constituição, não há outra forma de qualificar a operação conjunta realizada por agentes da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro, da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Fe-

deral (PRF) na manhã de terça-feira passada na Vila Cruzeiro, favela do Complexo da Penha, na zona norte do Rio. O objetivo da operação era prender chefes do Comando Vermelho de diferentes Estados que estariam escondidos na Vila Cruzeiro e que, de lá, pretendiam comandar o tráfico de drogas no País.

Tendo resultado na morte de 24 pessoas, incluindo uma mulher atingida por um tiro de fuzil dentro de casa, a operação conjunta das forças estadual e federal foi a segunda ação policial mais letal da história do Rio, atrás somente da mal-fadada operação da Polícia Civil realiza-

da na Favela do Jacarezinho há apenas um ano, quando 28 pessoas foram mortas. Ao que tudo indica, nenhuma lição foi aprendida com aquela terrível experiência. Ao contrário: a aposta em uma política de segurança centrada predominantemente no confronto aberto entre policiais e traficantes foi renovada.

Chega a ser afrontosa ao Supremo Tribunal Federal (STF) a alegação da cúpula da PM do Rio de que o alto número de mortos na operação conjunta decorreu da decisão da Corte que, em 2020, restringiu as incursões policiais nas favelas do Estado por conta da pandemia de covid-19, como se operações desse tipo não fossem o eixo da atuação policial no Rio há pelo menos 30 anos.

Evidentemente, não se espera que policiais tratem com cordialidade criminosos que sempre se mostraram dispostos a praticar as maiores atrocidades, seja contra policiais e membros de facções rivais, seja contra a própria população que, aterrorizada, vive sob seu jugo em territórios ocupados. Mas uma coisa é a ação firme da polícia; outra, muito diferente, é a polícia se abaixar ao valeduto do submundo do crime. Que bandidos ajam como bandidos é esperado. É intolerável, contudo, que policiais - justamente os agentes do Estado que deveriam personificar o triunfo das leis sobre a barbárie - ajam sob a mesma inspiração funesta dos criminosos.

É isso o que almejamos como sociedade? Um estado tal de permissividade em que policiais possam agir fora dos limites das leis - logo, como criminosos - a pretexto de combater a criminalidade? Há quem veja no banguê-banguê um exemplo de política de segurança públi-

ca. O presidente Jair Bolsonaro celebrou a operação policial, malgrado o objetivo legal que a ensejou aparentemente não ter sido alcançado. Fabrício Queiroz, operador das rachadinhas em gabinetes dos Bolsonaro e candidato a deputado federal pelo Rio, afirmou que os mortos na operação representam "menos 22 votos para a esquerda".

Novamente: é essa a sociedade que queremos ser?

É compreensível a indignação genuína dos fluminenses, em geral, e dos cariocas, em particular, com esse estado de permanente insegurança que tem marcado a vida no Rio há mais tempo do que são capazes de suportar. Os cidadãos são as maiores vítimas dos erros cometidos por sucessivos governos na área de segurança pública, erros que, em alguns momentos, resvalaram para a convivência pura e simples com o crime organizado. Os cidadãos são igualmente vítimas da guerra sui generis travada entre policiais e criminosos, um combate selvagem porque não raro é marcado pela sede de vingança de ambas as partes, não pelo espírito público e pelo respeito às leis que deveriam nortear o comportamento dos policiais.

Há muitas maneiras de combater o crime organizado. O confronto armado é uma delas e, em algumas situações, a ação mais indicada. Mas o que deveria ser exceção se converteu em regra, especialmente no Rio. A persistir esse modo de atuação policial, os moradores seguirão desprotegidos. Pior: se ao Estado é facultado ignorar a lei em nome da segurança pública, nenhum cidadão, a depender da circunstância, estará livre de seu arbítrio. ●

Risco de fratura na economia global

Com a invasão da Ucrânia, uma crise sobre crise, ficou mais grave o perigo de fragmentação geoeconômica, adverte o FMI

Puxada pela comida e pela energia, a inflação pressiona famílias em todo o mundo - e o quadro pode piorar, adverte o Fundo Monetário Internacional (FMI), se continuar o desmonte da ordem econômica. Somada à pandemia de covid-19, a invasão da Ucrânia pela Rússia gerou crise sobre crise, "devastando vidas, derrubando o crescimento, elevando a inflação" e agravando o risco de uma fragmentação geoeconômica, segundo análise divulgada na véspera da abertura, em Davos, da reunião do Fórum Econômico Mundial. Somente a cooperação internacional, ressalta a mensagem, poderá dar conta de problemas urgentes como a escassez de alimentos e de outros produtos, "eliminando barreiras ao crescimento e salvando o clima".

Forças de integração triplicaram o tamanho da economia global, nas últimas três décadas, e tiraram 1,3 bilhão de pessoas da pobreza. Nesse período, assinala o documento, fluxos de capital, bens, serviços e pessoas transformaram o mundo, auxiliadas pela difusão de tecnologias e de ideias, elevando a produtividade e os padrões de vida. Destacadas no texto, as palavras "forças de integração" sintetizam esse conjunto de fatores.

Nem tudo é positivo nesse balanço. Trabalhadores foram deixados para trás, na mudança tecnológica, persistiram desigualdades entre pessoas e entre nações e a confiança na globalização nunca foi geral e irrestrita. Com a incerteza em relação às políticas comerciais, o produto mundial, em 2019, foi cerca de 1% inferior ao que poderia

ter sido. A insegurança tem crescido. Desde o começo da guerra na Ucrânia, cerca de 30 países, segundo o FMI, limitaram o comércio de alimentos, de energia e de outros importantes produtos básicos.

Pessoas de todos os níveis profissionais e econômicos serão atingidas, se a desintegração do sistema global prosseguir, estimam economistas do FMI. Obstáculos têm sido criados por vários fatores, incluindo o aperto financeiro. Tudo ficará mais complicado se houver reconfiguração das cadeias de suprimento e barreiras maiores à aplicação de capitais e à transferência de tecnologias. A produtividade será afetada, a inflação subirá, a inovação será freada e haverá severos prejuízos à expansão do Produto Interno Bruto (PIB).

Para elevar a confiança no sistema global, o FMI aponta quatro prioridades: fortalecer o comércio, apoiar os países mais endividados, modernizar os pagamentos internacionais e combater a mudança climática. A questão dos pagamentos é especialmente importante por causa do enorme volume de remessas familiares. Atualmente, cerca de US\$ 45 bilhões ficam nas mãos de intermediários, a cada ano, com graves perdas para milhões de famílias de baixa renda.

A cooperação no comércio envolve medidas a favor tanto de exportações

quanto de importações, essenciais para aliviar ou evitar desarranjos no sistema de preços. Também os exportadores de matérias-primas agora mais caras, como alimentos e combustíveis, devem pensar nos efeitos mais amplos de suas políticas e olhar para além do curto prazo. Isso inclui, obviamente, países como Brasil, Indonésia e Argentina, além, é claro, da Rússia, embora nenhum país seja citado.

A mudança climática é descrita como um "desafio existencial" particularmente importante. É preciso urgentemente fechar a distância entre a ambição e as políticas, combinando a precificação do carbono, o investimento em fontes de energia renováveis e a compensação para quem for adversamente afetado pelas mudanças, propõe o documento.

Os desafios apontados pelo FMI já são claros e sensíveis. A inflação assola emergentes e países em desenvolvimento e atinge, no mundo rico, os níveis mais altos em quatro décadas. A produção também perde impulso. Em 38 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a atividade no primeiro trimestre foi 0,1% maior que nos três meses anteriores. No trimestre final de 2021 o crescimento havia sido de 1,2%. No Brasil, onde as perspectivas já eram ruins, notícias como essa deveriam impor maiores cuidados ao governo. ●